



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

GT: AVALIAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

CONDIÇÕES DE APRENDIZAGEM: AVALIAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS APRESENTADAS EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE FLORIANO/PI

Suyane da Silva Florindo, UFPI
Débora Lúcia Lima Leite Mendes, UFPI

RESUMO

A presente pesquisa aborda questões relacionadas às condições das estruturas físicas disponibilizadas por instituições de educação infantil. Foram avaliadas quatro instituições que atendem ao público infantil em idade escolar situadas no município de Floriano-PI. Para tanto, se utilizou como metodologia de pesquisa a abordagem avaliativa, quantitativa e descritiva. Utilizou-se roteiro de observação sistematizada, através do qual buscou averiguar a respeito do acesso à escola, aos aspectos físico e estrutural das salas, paredes, pisos e banheiros; se possui biblioteca, laboratório de informática, dentre outros. Foram utilizados como referencial os pressupostos de Barguil (2003), Carvalho e Rubiano (2010), Faria (2000) e Forneiro (1998), além de documentos legais que orientam a educação brasileira. Os resultados mostraram que há consideráveis discrepâncias entre algumas instituições. Concluiu-se que, a estrutura física empregada para o ensino infantil deve ser repensada e melhor disponibilizada fazendo-se necessária a exigência de políticas públicas voltadas para a melhoria do espaço escolar.

Palavras - chave: Espaço físico. Instituições. Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

A forma de compreensão da criança mudou. Hoje, esta usufrui de variados requisitos necessários a sua existência como ser humano e como participante de uma sociedade. Desde o princípio de sua vida, possui direitos civis e sociais que a definem como um indivíduo provido de cidadania. Nesta perspectiva, modificou-se também a concepção de Educação Infantil, tendo em vista que “hoje, a educação infantil deve ser entendida e praticada como espaço de escuta, interação, cuidado e educação de cidadãos desde o nascimento” (CEARÁ, Secretaria de Educação 2011, p. 13).

Porém, apenas a elaboração de Leis e Decretos não garante e nem é suficiente para o exercício do direito à educação. Visto que, muitas vezes, o que impera é um sonho distante da realidade. No entanto, é preciso lembrar que não se deve colocar como apenas um sonho o que já é um direito legal, cabendo aos cidadãos à busca por conhecê-los e torná-los parte de suas conquistas.

Infelizmente, é nesse contexto, de ter o direito e não se utilizar dele plenamente, que a educação pública brasileira se desenvolve: com consideráveis índices de desigualdade, frequentemente



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

apresentados por reportagens televisivas e/ou documentários. Este fato se agrava quando direcionado às instituições de Educação Infantil que além de não receberem zelo do poder público, principalmente no que se refere à questões financeiras, também não recebem a atenção necessária dos familiares das crianças, uma vez que estes não se veem obrigados a matriculá-las. Tais fatos revelam o descaso para com a educação dos pequeninos, que finda por comprometer os resultados provenientes do trabalho educativo nesta tão importante etapa da educação básica.

A importância do espaço físico para êxito do trabalho pedagógico na Educação Infantil

No decorrer dos estudos realizados na área educacional, a abordagem sobre o espaço físico ganhou um grande destaque, pois a estrutura escolar passou a ser compreendida como mediador dos tipos de relacionamentos existentes, refletindo as concepções pedagógicas da escola e de seus profissionais. Porém, ao longo dos tempos, esse fator foi marcado por práticas duvidosas as quais se consideraria hoje um dolo à vida infantil.

No Brasil, a história da educação infantil acompanhou os eventos relacionados a esse tema no mundo, porém com algumas especificidades como o atendimento no meio rural, onde essa prática era realizada por famílias de fazendeiros que acolhiam crianças que eram geralmente frutos de exploração sexual. Em 1875 e 1877, foram criados, respectivamente no Rio de Janeiro e em São Paulo, os primeiros *jardins de infância*, na esfera do sistema de ensino privado, depois de alguns anos foram criadas as primeiras instituições públicas destinadas a esta etapa de ensino. No entanto, geravam controvérsias, devido serem voltados para uma classe social composta por filhos de escravos e de imigrantes, onde principalmente os primeiros eram fortemente discriminados.

Durante o Brasil República, visando reter a força de trabalho, foi fundada em 1889 a creche da Fábrica de Tecidos Corcovado, no Rio de Janeiro. Essa iniciativa foi sendo imitada pelas demais indústrias, pois visava não comprometer o desempenho do trabalho realizado pelas mulheres nas indústrias, apesar de ainda vistas como direcionadas principalmente para o lar. A partir de então, foram surgindo no decorrer dos anos novas instituições, como por exemplo, em Teresina no Piauí, por volta do ano de 1933 quando ocorre a criação do primeiro jardim de infância oficial do Estado denominado Lélia Avelino.

Durante toda sua difusão e desenvolvimento, o atendimento as crianças era totalmente dirigido à questão da saúde. Assim as creches desempenhavam uma rotina com ênfase em procedimentos



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

médico-sanitários em detrimento da perspectiva educacional entendida naquela época. De fato, essa era a intenção, uma vez que, essa prática estava impregnada de estratégias políticas para a erradicação da mortalidade infantil.

Cabe destacar que, com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, o jardim de infância deixou de ser apenas do setor privado e passou a integrar setor público, como um dever. Nesse contexto, há de se considerar que pedagogicamente a eficácia do trabalho no âmbito da educação infantil era muito pequena diante dos fatos descritos, o que podia se esperar na melhor das hipóteses eram ações relacionadas ao cuidado e à higiene, valendo ressaltar que isto só ocorreria se a ideia da proteção à saúde fosse totalmente respeitada.

Em 1961, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 4.024/61, ampliou-se a perspectiva dos jardins de infância a partir dos acontecimentos da década de 1960. Contribuindo neste sentido tem-se a LDBEN de 1971 (Lei N. 5.692/71), passando também por adventos posteriores da Constituição Federal de 1988 que tornaram por assegurar a visibilidade da temática até chegar à atual LDBEN (lei 9.394/96) e outros documentos que demonstram a importância e a relevância do aspecto físico do ambiente da educação infantil.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) tratam em um dos seus artigos a respeito da obrigatoriedade da localização de creches e pré-escolas próximo à residência do estudante, o que faz com que a criança permaneça em seu contexto social, em um ambiente favorável à familiarização e com a menor dificuldade possível na locomoção por parte do aluno e dos pais.

As diretrizes curriculares funcionam como uma espécie de regulação para o currículo escolar, tratando o assunto de forma restrita, não abordando como o espaço deve ser disponibilizado para a garantia da qualidade do ensino-aprendizagem.

Os Referenciais Curriculares para a Educação Infantil (RECNEI) trazem consigo uma maior observância em relação à disponibilidade física da instituição, dirigindo importância à interação e socialização apreciada pela criança e suscitando a presença das características pedagógicas que a escola estimula.

A estrutura do espaço, a forma como os materiais estão dispostos, a qualidade e adequação dos mesmos são elementos essenciais de um projeto educativo. Espaço físico, materiais, brinquedos, instrumentos sonoros e mobiliários não devem ser vistos como elementos passivos, mas como componentes ativos do processo educacional que refletem a concepção de educação assumida pela instituição. [...] (BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental 1998, p. 68).



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

A presença da qualidade nos aspectos físicos destina-se a um maior proveito das práticas educativas empregadas, porém segundo o próprio RECNEI não adianta somente um espaço apropriado, junto a este devem ser empregados bons métodos para que o lugar tenha um verdadeiro sentido.

Em relação a esse tema alguns autores, os quais serão destacados adiante, apresentam conceitos que permitem compreender o quanto o meio físico escolar favorável desenvolve as potencialidades da criança concretizando o conceito nela a concepção de cidadão, de ser humano, uma vez que, assim como em tantas escolas os direitos básicos de uma vida digna são esquecidos. Assim, conforme Forneiro (1998, p. 229), o qual compreende o assunto “sem chegar a constituir uma descoberta de ultima hora, não há duvida que o tema dos espaços é uma novidade na educação. E o é ainda mais no âmbito da educação infantil”.

Carvalho e Rubiano (2010) apontam o espaço físico como provedor da identificação do aluno como pessoa, maximizador das competências inerentes a essa fase, dando a este sujeito autonomia em certos momentos como, por exemplo, a atitude de beber água sozinho. É necessário um local que propicie o conhecimento do seu corpo, transmitindo o conforto da segurança, ambientes que evidenciem atividades coletivas e em algumas vezes individuais.

O conceito de qualidade na educação muda juntamente com a concepção de educação ideal adquirindo novos valores que são motivados pelo interesse social, pela perspectiva que as pessoas têm sua situação de vida. Faria (2000, p. 69) entende que “a organização do espaço deve contemplar a gama de interesses da sociedade, das famílias e prioritariamente das crianças atendendo as especificidades de cada demanda possibilitando identidade cultural e sentido de pertencimento”.

O espaço deve ser moldado com intenções do que se pretende para com a educação em cada época ou tempo desenhando nesta estrutura traços do seu projeto pedagógico.

Assim, para Barguil (2003, p. 03):

A construção de um prédio escolar, por atender uma lógica, a um currículo e a um objetivo educacional, é erigida conforme os preceitos estabelecidos numa determinada época, constituindo, assim, uma representação cultural de um contexto social, não sendo, portanto, um espaço neutro, sem intenções. Uma crítica quanto à arquitetura escolar possibilita maior compreensão do projeto pedagógico nela desenvolvido.

Por mais que conceitos antiquados perdurem por possuírem neles valores enraizados,



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

atualmente se entende a necessidade de um padrão que denote total amparo das atividades que precisam ser realizadas por professores e alunos, não se distanciando da essência de que o ambiente exerce um efeito direto ou indiretamente sobre os sujeitos que nele se encontram.

Não se devem ignorar as limitações das condições estruturais escolares, não se pode encará-las com total naturalidade, caso contrário, se tornará parte permanente do espaço escolar. Conhecer melhor a realidade é o ponto inicial para qualquer atitude que se venha tomar. Analisar o contexto escolar, suas estruturas, possibilita o encontro de possíveis problemas e ampliação de sua ótica em direção aos objetivos e as metas a serem traçadas.

PERCURSO METODOLÓGICO

Com o objetivo de analisar as condições de aprendizagem encontradas em escolas de educação infantil, de forma mais específica, analisar as estruturas físicas dispostas a essas instituições no município de Floriano-PI, foi adotada a perspectiva de investigação avaliativa quantitativa descritiva.

Em relação ao método quantitativo, como o próprio nome já anuncia, quantifica o que foi encontrado com a pesquisa. É concretizado através da coleta de dados e utiliza-se de recursos estatísticos: porcentagem, média e, entre outros, que facilitam a interpretação dos fenômenos, compreende-os e os classifica.

A modalidade descritiva apresenta os fatos sem interferência do pesquisador, pois a este cabe somente conhecer o fenômeno e sua frequência diante do contexto em que se encontra o objeto pesquisado. Por exemplo, Gil (2008), descreve o fato pesquisado, utilizando-se de técnicas de uniformizadas de coleta de dados.

A amostra selecionada para o estudo foi escolhida de forma que abranja diferentes pontos da cidade para que se obtenha uma demonstração, a mais geral possível, de sua realidade.

Foram escolhidas 4 (quatro) escolas de educação infantil, aqui caracterizadas como Instituição A (**IA**), Instituição B (**IB**), Instituição C (**IC**) e instituição D (**ID**). Nestas, fora realizada uma observação sistematizada a respeito da estrutura oferecida nas escolas que possuíam educação infantil, no período de 5 a 30 de novembro de 2012. Para tanto, como instrumento foi utilizado um roteiro de observação, o qual se centrou nos aspectos básicos que compõem o espaço físico da educação infantil como: acesso a escola, aspectos infraestruturais como: ventilação, iluminação, biblioteca, textura da parede, funcionalidade e adequação dos banheiros, dentre outros.



VI FIPED

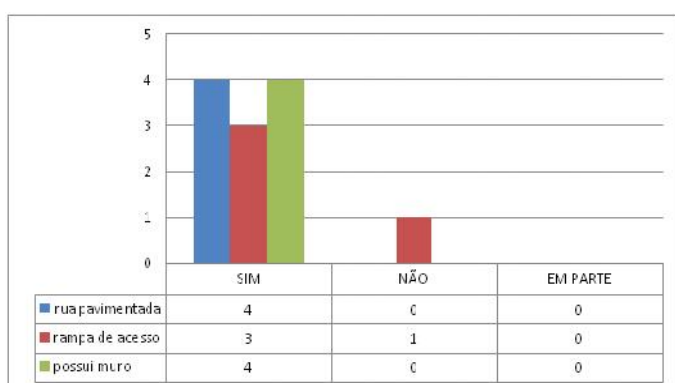
FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL

30 de julho a 01 de agosto de 2014

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O acesso à escola é a primeira característica que se percebe na instituição. A sua disponibilização adequada indica o quanto há de entendimento e valorização do caminho, da entrada, da permanência do aluno e da proteção a este.

Gráfico 1: Acesso à escola



Fonte: Dados da pesquisa empírica realizada em 2012.

Todas as instituições possuem muro e rua pavimentada sendo que somente uma instituição (**IA**) não apresenta rampa de acesso.

Cada escola possui nas turmas de educação infantil:

- **IA** - 2 salas, uma média de 20 cadeiras por turma disposta em mesas situadas num espaço visivelmente suficiente.
- **IB** – 5 salas (somente 3 são utilizadas), uma média de 15 carteiras por turma disposta em mesas situadas num espaço amplo.
- **IC** – 1 sala com 25 cadeiras dispostas em mesas situadas em um espaço visivelmente suficiente.
- **ID** – 9 salas, média de 16 cadeiras por turma situadas num espaço considerado visivelmente insuficiente.

As crianças, na dispersão em sala, costumam não controlar muito seus movimentos, principalmente se impulsionadas pela curiosidade, pela vontade de brincar e correr. Logo, é importante que elas estejam protegidas contra possíveis acidentes.

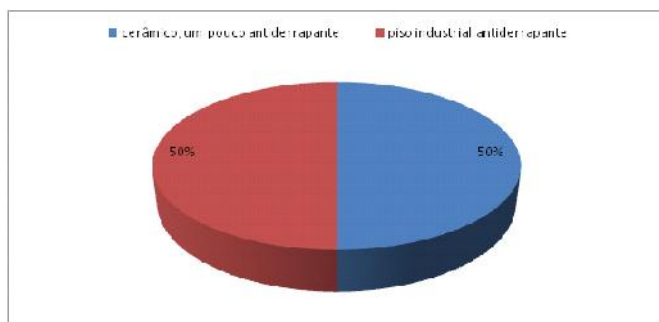


VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL

30 de julho a 01 de agosto de 2014

Gráfico 2: Aspecto do Piso da sala

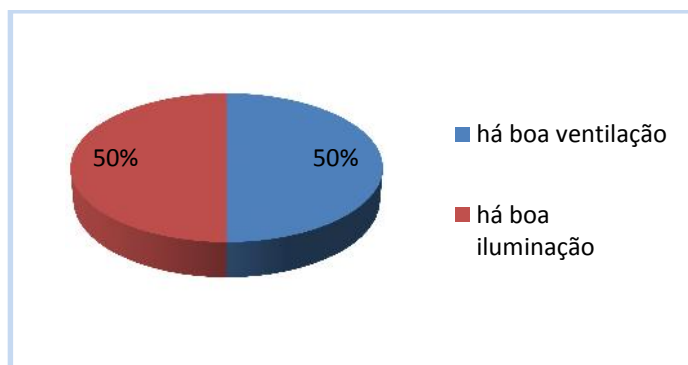


Fonte: Dados de pesquisa empírica realizada em 2012.

Constatou-se que as escolas **IA** e **IC** possuem piso cerâmico sendo um pouco antiderrapante, as demais, **IB** e **ID** possuem piso do tipo industrial totalmente antiderrapante. Denota-se que este quesito parece ter sido levado em consideração na construção do prédio escolar

Localizada no interior do Piauí, Floriano possui um clima caracterizado como tropical semiárido. As temperaturas elevadas e chuvas escassas fazem com que se tenha abundância de sol e de calor. Aproveitar a iluminação natural, disponibilizando também aparatos de iluminação artificial quando necessário e proporcionar um ambiente sempre fresco e ventilado são critérios indispensáveis às atividades educacionais. O próximo gráfico apresenta informações referentes a este quesito avaliado.

Gráfico 3: Ventilação e Iluminação



Fonte: Dados de pesquisa empírica realizada em 2012.

As instituições consideradas com boa iluminação e ventilação, isto é, as quais apresentam uma iluminação visivelmente suficiente para os trabalhos realizados em sala e uma suficiente circulação de ar: **IC** e **ID**; já **IA** e **IB** possuem em parte.

Como já mencionado anteriormente, as crianças costumam se movimentar muito, e elas



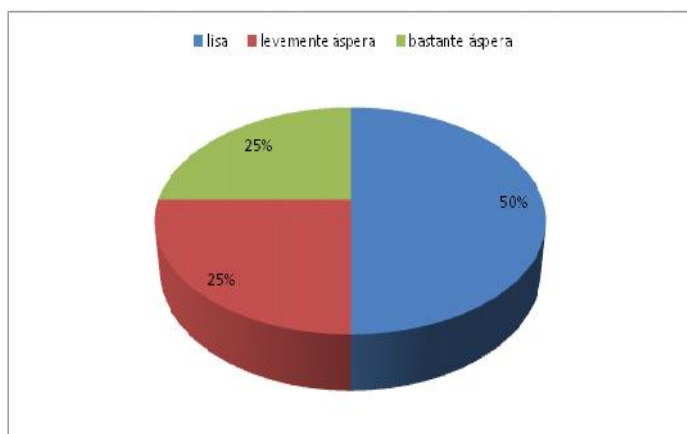
VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL

30 de julho a 01 de agosto de 2014

precisam disso para o seu desenvolvimento, sendo assim, é essencial que haja proteção para estas nas estruturas que as entornam.

Gráfico 4: Textura da parede da sala

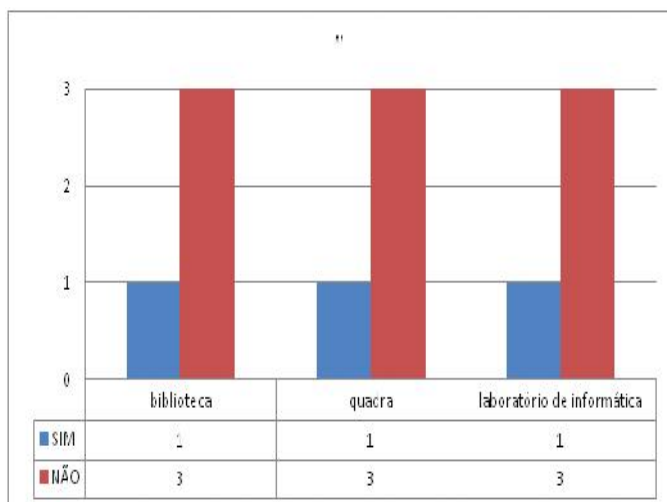


Fonte: Dados de pesquisa empírica realizada em 2012

Paredes lisas foram apresentadas em **IC** e **ID**, levemente áspera na **IA** e bastante áspera na **IB**. Segundo os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (2006), a utilização de acabamento liso nas paredes das salas evita o acúmulo de poeira e mofo, além de evitar que as crianças venham a se ferir.

As crianças precisam explorar novos lugares e não se restringirem à sala de aula. Biblioteca, quadras poliesportivas e laboratórios qualificam a aprendizagem proporcionando maior dinamicidade.

Gráfico 5: Espaços “extra-sala”



Fonte: Dados de pesquisa empírica realizada em 2012.

A única Escola que possui biblioteca é a cognominada como **ID**, contudo notou-se a quantidade de livros insatisfatória, ou seja, a demanda do material é pequena; nas demais, os livros são guardados



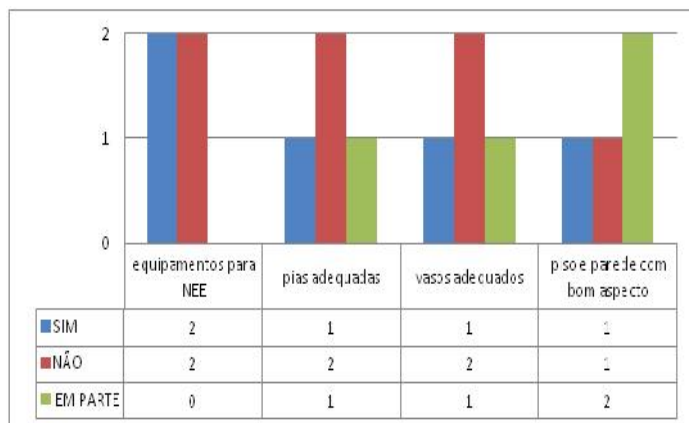
VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

nas próprias salas de aulas, em armários, prateleiras ou até empilhados no chão da direção observando-se também o número reduzido da variedade do material. Somente **IC** possui quadra, as demais possuem espaços que podem vir a serem utilizados para algumas atividades físicas e jogos, a **IC** também é a única que possui laboratório de informática.

As necessidades básicas de higiene não podem se caracterizar relapsas, banheiros limpos e adequados proporcionam saúde e maior autonomia às crianças.

Gráfico 6: Aspectos dos banheiros

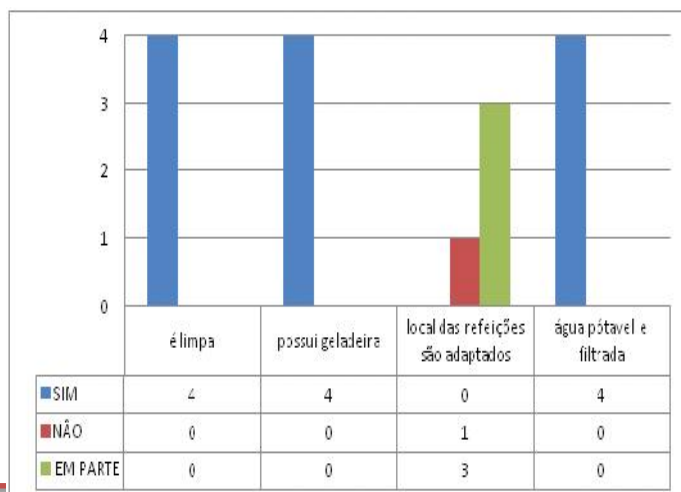


Fonte: Dados de pesquisa empírica realizada em 2012.

São escolas com estruturas para atendimento adequado a crianças com necessidades especiais: **IC** e **ID**; pia e vaso adequado: **ID** e inadequados: **IA** e **IB** e em parte: **IC**; piso e paredes com bom aspecto (limpos e conservados): **ID**, em parte: **IA** e **IC** e com péssimo aspecto: **IB**.

Na alimentação fornecida nas instituições escolares deve se prezar pela limpeza no local, conservação dos alimentos, além de outros quesitos inerentes a uma refeição adequada.

Gráfico 7: Aspectos das cozinhas e refeitórios





VI FIPED

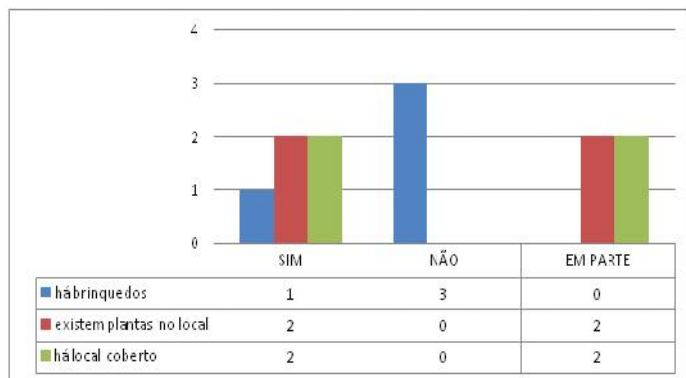
FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

Fonte: Dados de pesquisa empírica realizada em 2012.

Todas as instituições possuem geladeira e cozinha limpa; somente uma não possui lugar adequado para as refeições: **IA**, as demais, em parte; em relação à água potável e filtrada verificou-se em todas as escolas que se utilizavam de filtros e água encanada. Considere-se, um grande avanço, visto que, é comum nos dias atuais escolas sem nenhuma água para os alunos, endossando assim a lista de descasos com a educação.

O brincar é mais que uma ação prazerosa, ele possui função socializadora e integradora onde as crianças vivenciam experiências individuais e coletivas, possibilitando o seu desenvolvimento integral.

Gráfico 8: Parques/Local de recreação

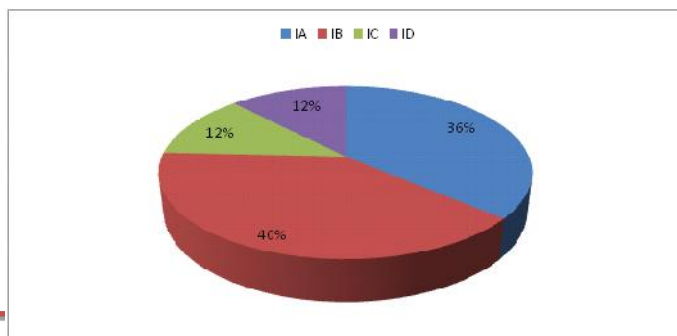


Fonte: Dados de pesquisa empírica realizada em 2012.

De acordo com os dados coletados, somente uma instituição possui brinquedos: **ID**; outras duas possuem plantas nos seus espaços: **IA** e **IC**. Enquanto as demais possuem no máximo um pequeno jardim ou alguns arbustos. Isso acaba por dificultar a promoção do gasto de energia pelas crianças e distanciando estas do leque de situações que a brincadeira gera.

As condições estruturais das escolas precisam estar em consonância com os objetivos sociais da instituição. Espaços que estimulem a criatividade e aprendizagem, que garantam condições de ensino saudáveis são direitos indispensáveis à vida cidadã.

Gráfico 9: Análise geral: Nível de insatisfação





VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDE DOSUL

30 de julho a 01 de agosto de 2014

Fonte: Dados de pesquisa empírica realizada em 2012.

Neste comparativo nota-se que **IB** detém o índice de 40% da insatisfação apresentada nos espaços em relação as demais instituições considerada insatisfatória em 13 quesitos, seguida de **IA**, 12 (doze) quesitos e **IC** e **ID**, ambas com 4 (quatro) quesitos. Apesar dos percentuais se apresentarem abaixo dos 50%, é indiscutível que , em se tratando de educação, é necessária a urgência para com resolução dos problemas e que tais devem ser vistos como insustentáveis em sua ocorrência.

CONCLUSÃO

Diante dos dados obtidos, pode-se inferir como se apresenta o ambiente estrutural das escolas públicas municipais de Educação Infantil de Floriano-PI. Estas necessitam ser melhores planejadas e precisam de manutenção de seus prédios através de ações que melhorem sua estrutura, que planejem parâmetros para o seu espaço físico, respeitando a criança como um cidadão e não como indivíduo aquém da boa vontade do governo. Frente ao analisado, **ID** e **IC** apresentam satisfação para com suas infraestruturas; **IA** necessita de algumas melhorias e **IB** consideráveis modificações.

É quase impossível, frente à realidade de algumas escolas, não se pensar nas elevadas taxas de impostos que se pagam diariamente e que não retornam nem ao menos na forma mais básica para os cidadãos. Com isso, é inegável a compreensão do quanto a luta pela qualidade da educação é árdua, mas valiosa frente aos ganhos com a formação de indivíduos mais conscientes, para um futuro melhor.

A relevância de pesquisas como esta, é a mostra da realidade, a direção dos investimentos públicos estimulando a comunidade a procurar respostas e atitudes que mudem o atual cenário.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLA, Wagner B. **Cuidado na Avaliação da aprendizagem algumas reflexões**. In: ANDRIOLA W.B; MCDONALD, Brendan C. (org.). Esboço de avaliação educacional. Fortaleza: UFC, 2003.

BARGUIL, Paulo. **Espaço Escolar: o que ele ensina?** Uma investigação das relações entre projetos pedagógicos e arquitetônicos. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CURRICULARES. João Pessoa. UFPB. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

_____. Ministério da Educação. Secretaria de educação básica. Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil. Brasília: MEC, SEB, 2006.

_____. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as diretrizes e bases da educação nacional**. In: RAMA, Leslie M.J.S. Legislação do Ensino: Uma introdução ao seu estudo. São Paulo: EPU, 1987.

_____. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa as diretrizes e bases para o Ensino de 1º e 2º grau**. In: RAMA, Leslie M.J.S. Legislação do Ensino: Uma introdução ao seu estudo. São Paulo: EPU, 1987.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 14/05/2012 as 14h02m.

_____. Resolução N. 05, de 17 de dezembro de 2009. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil**. Brasília: MEC, 2009.

_____. MEC, COEDI. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CARVALHO, Maria I.C., RUBIANO, Márcia R. B. **Organização dos espaços em instituições pré-escolares**. In: OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos (org.). Educação Infantil: muitos olhares. -9. Ed. - edição. São Paulo: Cortez, 2010.

CEARÁ, Secretaria de Educação. **Orientações Curriculares para a Educação Infantil**. / secretaria de Educação do Estado de Ceará – Fortaleza: SEDUC, 2011.

FARIA., Ana Lúcia G. de. **O espaço físico como um dos elementos fundamentais para uma pedagogia da educação infantil**. In: FARIA, Ana Lúcia G. de, PALHARES, Marina Silveira. (org.) Educação Infantil Pós-LDB: rumos e desafios. 2ª Ed. Campinas: Ed. Autores Associados, 2000. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo)

FORNEIRO, Lina Iglesias. **A Organização dos Espaços na Educação Infantil**. In: ZABALZA, Miguel A. Qualidade em educação infantil; Tradução Beatriz Affonso Neves. – Porto Alegre: Artmed, 1998.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA. Zilma Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2011.